

FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1816-1878): A ESCRITA NA “FRONTEIRA” ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E NARRATIVA NO BRASIL OITOCENTISTA

*Marcela Vrian Angélica Machado Marinho*¹
*Renilson Rosa Ribeiro*²

RESUMO: O artigo apresenta reflexões acerca das noções de história e ensino de história, narrativa, memória e lugares de memória a partir da perspectiva da escrita da história no século XIX brasileiro. A partir da desconstrução das tramas da narrativa do episódio da invasão e expulsão dos holandeses no Brasil colonial (século XVII), elaboradas pelo historiador-diplomata paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), na obra *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, procuramos perceber as marcas do compromisso da sua escrita (narrativa) da história com o ideal da nação durante Segundo Reinado – século XIX, levando em consideração os significados políticos e culturais dos usos do passado para a construção de uma memória (da nação), presente na historiografia, no ensino da História e que se perpetuam nas políticas de preservação da memória nacional.

Palavras-chaves: Historiografia brasileira; História; Memória; Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).

ABSTRACT: The article presents reflections about the notions of history and teaching of history, narrative, memory and places of memory from the perspective of writing history in the nineteenth century. From the deconstruction of the plot of the narrative of the episode of the invasion and expulsion of the Dutch in colonial Brazil (17th century), elaborated by the historian-diplomat of São Paulo Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), in the work *History of Struggles with Hollanders in Brazil from 1624 to 1654*, we sought to perceive the marks of the commitment of his (narrative) writing of history to the ideal of the nation during Second Reign - XIX century, taking into account the political and cultural meanings of past uses for the construction of a memory of the nation), present in the historiography, in the teaching of History and that are perpetuated in the policies of preservation of the national memory.

Keywords: Brazilian historiography; History; Memory; Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus universitário de Rondonópolis, mestre em História pelo PPGHIS/UFMT. Diretora científica da Faculdade da Amazônia (FAMA). E-mail: mmachodomarinho@yahoo.com.br

² Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realiza atualmente estágio pós-doutoral em Educação na Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado I do Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Programa de Pós-graduação em Letras e ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Correio eletrônico: rrenilsoon@yahoo.com

Inaugurando a nação no Brasil oitocentista, forjando a história

O presente ensaio apresenta reflexões acerca das noções de história e ensino de história, narrativa, memória e lugares de memória a partir da perspectiva da escrita da história no século XIX brasileiro. A partir da desconstrução das tramas da narrativa do episódio da invasão e expulsão dos holandeses no Brasil colonial (século XVII), elaboradas pelo historiador-diplomata paulista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), na obra *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, procuramos perceber as marcas do compromisso da sua escrita (narrativa) da história com o ideal da nação durante Segundo Reinado – século XIX, levando em consideração os significados políticos e culturais dos usos do passado para a construção de uma memória (da nação), presente na historiografia, no ensino da História e que se perpetuam nas políticas de preservação da memória nacional.

Forjado por um grupo de intelectuais e políticos, em 21 de outubro de 1838, na capital do Império, sob o patrocínio da Sociedade da Indústria Nacional (SAIN), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tinha a missão de “colligir, methodisar, publicar ou archivar” os documentos necessários para a escrita da história do Brasil-nação. Dentro dos seus *Estatutos* havia a previsão também de cuidar das questões relacionadas ao ensino da história, da ramificação do grêmio por todas as provinciais do Império e da correspondência com sociedades estrangeiras do gênero (EXTRACTOS, RIHGB, 1839, p. 18).

A emergência do IHGB trouxe uma nova preocupação com a construção do passado da jovem nação:

Não se tratava mais, como até então, de elaborar crônicas e narrativas, mas, ao contrário, impunham-se a pesquisa sistemática e a escrita da história brasileira com base em metodologias adequadas. A fundação

do IHGB significava um importante passo rumo à institucionalização e à profissionalização da historiografia (GUIMARÃES, 2011, p. 53)

De acordo com o jornalista Lorenzo Aldé, na polêmica história acerca da data correta do começo da história do Brasil – se seria 1500 com a vinda dos portugueses, ou antes, com as primeiras sociedades indígenas que aqui chegaram, ou 1822 com a proclamação da independência – poderia ser afixada outra opção:

[...] a História do Brasil começa em 21 de outubro de 1838. Nessa data foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Começava então a construção oficial do nosso passado. A cargo das mentes coroadas daquela casa do saber ficava a missão de interpretar o país recém-independente: quem éramos, de onde vínhamos, qual era o nosso lugar? (ALDÉ, 2008, p. 56)

A fundação do IHGB constituiu-se como uma iniciativa de homens públicos do naipe do cônego Januário da Cunha Barboza (1780-1846) e do marechal Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839), que assumiram para si a tarefa patriótica de serem os construtores da memória nacional, inspirados no modelo do Institut Historique de Paris.

Intelectuais e políticos de renome e força política na Corte, cujas biografias se confundiam com os fatos da história do Estado imperial, aderiram ao projeto do IHGB. Dentre os fundadores do grêmio, estavam figuras como José Feliciano Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo (1877-1847), José Clemente Pereira (1787-1854), Candido José Araújo Viana, o marquês de Sapucaí (1793-1875), Francisco Ge de Acaiaba de Montezuma, o visconde de Jequitinhonha (1794-1870), Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o visconde de Sepetiba (1800-1855) entre outros (GUIMARÃES, 2007, p. 93-122).

Todos esses nomes, em sua maioria, vinculados ao serviço público imperial, teriam papel determinante nos destinos do IHGB, delineando as diretrizes que seriam o norte da bússola das atividades desenvolvidas pelo grêmio durante o século XIX (GUIMARÃES, 2002, p. 380; FERNANDES, 2000). Eles iniciaram uma intensa busca e coleta de documentos sobre o passado brasileiro em arquivos, bibliotecas e cartórios nas províncias e nos países estrangeiros – Portugal, Espanha e Holanda. Além disso, assumiram

como compromisso a proposta de elaborar para o Brasil um passado único e coerente ao gosto das necessidades e projetos políticos do seu tempo. Logo, os seus fundadores, construtores do Brasil-Império e herdeiros do Brasil-Colônia, estabeleceram como meta uma memória nacional pautada pelo discurso de continuidade (MATTOS, 2005, p. 08-26; RODRIGUES, 2001).

Na compreensão destes homens de letras, o Brasil, nascido em 1822 com a proclamação da Independência pelo príncipe regente D. Pedro, seria uma nação jovem, descendente da pátria portuguesa, de quem havia herdado a língua, a cultura, o regime de governo e um representante da dinastia dos Bragança. A independência, por esta lógica, não se constituiria em uma ruptura, mas num processo de emancipação natural e hereditária, feita de pai (D. João VI) para filho (D. Pedro I). Não havia no sete de setembro indícios dos traumas e rompantes democráticos que haviam fragmentado a América espanhola em várias repúblicas (cf. RIBEIRO, 2016).

A escrita da história no século XIX: Varnhagen e o IHGB

De acordo com Renilson Rosa Ribeiro, na tarefa de elaborar uma memória oficial da nação, por meio de uma costura de retalhos documentais, para dentro e para fora das divisas do país, destacou-se a atuação do IHGB, que, em associação com outras instituições, a Academia Imperial de Belas Artes, o Museu Nacional, o Arquivo do Império, as faculdades de direito e medicina e o Colégio Imperial Pedro II,

[...] daria à monarquia uma nova história, retratada em literatura épica, iconografia grandiosa, artefatos e monumentos, saberes institucionalizados que ministrariam uma pedagogia da nação, um corpo de leis e uma nacionalidade sadia desde os bancos escolares até as faculdades (RIBEIRO, 2010, p. 445-446).

Fundado por um grupo de políticos e intelectuais da Corte, o IHGB tinha como finalidade criar as condições para a escrita da história do Brasil, ou seja, a narrativa da nação. A presença desses homens públicos no Instituto, alguns dos quais pertenciam à geração da Independência, orientou todas as atividades

desenvolvidas pelo grêmio durante praticamente todo o Império. Sob a condução de tais intelectuais, o IHGB adotou o país recém-independente, elaborando um passado adequado às aspirações da Monarquia instaurada em 1822 e que afastasse as sombras dos tempos turbulentos do período regencial.

Dentre aqueles que escreveram a história do Brasil no contexto do Império, destacamos a figura de Francisco Adolfo de Varnhagen, mais conhecido como visconde de Porto Seguro – historiador e diplomata e membro atuante no IHGB, responsável pela publicação das obras *Historia geral do Brazil, Historia das Lutas com os Hollandezes no Brazil desde 1624 a 1654* e a *Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*.

Nascido em São João de Ipanema (na região de Sorocaba), no interior de São Paulo, em 1816, Varnhagen recebeu sua educação em Portugal, onde se formou engenheiro militar em 1834. Ali o jovem rapaz teve contato com as temáticas da história e da literatura. Fez da Torre do Tombo o templo de suas primeiras pesquisas. Naquele lugar e em outros arquivos, bibliotecas e cartórios na Europa e na América, ao longo de sua vida, faria importantes descobertas como a revelação de fatos até então desconhecidos e a localização e divulgação de documentos inéditos.

Em 1840, Varnhagen decidiu regressar para a sua terra natal e pedir o reconhecimento de sua nacionalidade brasileira junto ao governo imperial. Aqui, em virtude da repercussão dos seus textos e achados documentais, ganhou notoriedade e foi recebido como sócio do IHGB.

Ao fazer menção à dedicação de Varnhagen como exímio pesquisador de arquivo, o historiador Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) teceu as seguintes considerações em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL) no ano de 1903:

Quando, muito novo ainda, eu estudava paleographia na Torre do Tombo, de Lisboa, tendo por mestre João Basto, um dos auxiliares de Herculano na obra grandiosa dos *Portugalice Monumenta Histórica*, costumava ancioso esquadrinhar nos maços de papéis bolorentos, de caracteres semi-apagados debaixo da poeira dos séculos, algum

documento que na minha prosapia juvenil julgava dever ser decisivo para a solução de qualquer dos enigmas da nossa história, que os tem, comquanto date de hontem. Ora, era com viva surpresa e não menos vivo desapontamento que, em quase todos aquelles papeis, se me deparava a marca discreta do lapis de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Francisco Adolpho de Varnhagen, Attribuindo o seu nome ilustre á cadeira que a vossa benevolencia aqui me concedeu, escolhendo-o, pois, para meu patrono – mais carecera de um padroeiro, para usar da linguagem tradicional, que tão bem corresponde ao personagem e até ao espirito começo de seculo – celebrando agora sua memória, faço mais do que instinctivamente recorrer a um modelo, traduzo uma saudosa impressão de primeira mocidade, além de prestar uma das mais merecidas homenagens que reclamão os fundadores do nosso patrimonio intelectual (LIMA, 1908, p. 63-64).

Além de diplomata de carreira, servindo ao Império do Brasil em legações na Europa e na América do Sul, Varnhagen ganharia reconhecimento por atributos como homem das letras, o que lhe renderia prêmios e títulos nobiliárquicos. Assim o definiu o necrológio publicado no *Jornal do Commercio*, de três de julho de 1878, quando do seu falecimento:

Morreu o conselheiro Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, atualmente enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao império-reino da Áustria-Hungria, cavaleiro da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, comendador da Rosa, grão-cruz das imperiais ordens russianas de Santo Estanislau e austríaca da Coroa de Ferro, comendador de número da americana real ordem espanhola de Isabel, a Católica, de número extraordinário da real e distinta ordem espanhola de Carlos III. [...] Seria longo enumerar as obras importantes com que o preclaro paulista ilustrou a literatura do Brasil, granjeando o nome imorredouro que o há de perpetuar nos fastos dos que mais trabalharam pelo progresso da pátria, pela compilação das crônicas brasileiras e pelo adiantamento intelectual de seus concidadãos. Historiador, corógrafo, geógrafo, poeta, dramaturgo, biógrafo e matemático, foi sempre Conselheiro Varnhagen considerado por seus estudos de superior quilate e pelo seu acrisolado patriotismo. Na Europa, como diplomata, honrou e representou com dignidade e cortesia a nação brasileira, tornando-se saliente nas questões diplomáticas, ou nas exposições universais que ali se deram. O falecimento de um brasileiro de tal ordem merece condolências da pátria (citado por FLEURY, 1952, p. 111-112).

Considerando o seu percurso intelectual no Brasil do século XIX, entendemos Varnhagen como um historiador que se situa na fronteira da erudição com a história, a memória e a narrativa. O historiador Michel de Certeau, em seu livro *A Escrita da História*, dedicou especial atenção às práticas e aos discursos históricos. Para ele, a história se refere a uma prática científica,

produtora de conhecimento, cujos modelos dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das restrições que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde é exercitada ou das regras que necessariamente orientam sua escritura (CERTEAU, 2011, p. 46-47).

Por essa perspectiva faz-se necessário analisar o lugar social (o IHGB) e as práticas (concepção, metodologia e eleição de fontes) presentes na escrita varnhageniana (a narrativa do episódio da invasão e expulsão dos holandeses).

Francisco Iglésias, em *Historiadores do Brasil*, elegeu como marco fundador na história da historiografia brasileira o ano de 1838, momento de criação do IHGB. Segundo o referido autor,

Os traços mais notáveis do órgão, no entanto, são o pragmatismo da história e o gosto da pesquisa. Pretende-se fazer uma história que tenha função pedagógica orientadora dos novos para o patriotismo da história, com base no modelo dos antepassados. É o velho conceito de história como mestra da vida que se cultua. [...] (IGLÉSIAS, 2000, p. 61).

Ao fazer um estudo sobre o IHGB dentro do projeto de construção da idéia de nação e civilização no Segundo Reinado, Manoel Luís Salgado Guimarães identificou os temas condutores sobre esta instituição de pesquisa:

É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia criada para a nação e que os letrados do IHGB, dentro de uma perspectiva iluminista, cuidaram de reforçar desejava produzir uma homogeneização da imagem do país entre as elites brasileiras (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

A história, nas palavras de Manoel Guimarães, é “o meio indispensável para forjar a nacionalidade” (GUIMARÃES, 1988, p. 14), o que nas palavras de Pierre Nora se traduziria na “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...]. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico” (NORA, 1993, p. 9).

Para Nilo Odália, em sua tarefa missão escriturária, o historiador do naipe de Varnhagen “deve homogeneizar o passado para que as peculiaridades sejam traços distintos de um povo e não no interior de um povo. O passado deve

ser retomado, reconstruído em razão do interesse maior já definido, a Nação” (ODÁLIA, 1997, p. 37).

Nesse sentido, o historiador-diplomata Varnhagen não se intimidou em fazer suas apropriações dos eventos do passado colonial do Brasil para legitimar a nação do seu presente, ao menos aquela idealizada em seus escritos.

No prefácio da 1ª edição da *Historia das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, a guisa de ilustração, Varnhagen relatou a dívida que havia contraído com o seu público: a produção de uma história das lutas contra os holandeses. O historiador sorocabano havia

[...] estudado os arredores do Recife até Itamaracá e Igarassú, de um lado e até a Guararapes e o Monte das Tabocas, de outro, e que tinha visitado, as capitais das províncias do Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Alagoas e Bahia e suas imediações. Ele não pensava em começar a redigir o livro projetado, sem examinar antes todos os postos e percorrer todos os caminhos, onde, por seus “patrióticos feitos”, se imortalizaram os quatro heróis brasileiros: Vidal, Barbalho, Camarão e Dias (VARNHAGEN, 1872, p. VI).

O visconde de Porto Seguro estava em Petrópolis, interior do Rio de Janeiro, quando o Império brasileiro declarou guerra ao Paraguai. O historiador-diplomata resolveu avivar, na lembrança daqueles que guerreavam, o exemplo de outro conflito mais antigo, “em que o Brazil, ainda como insignificante colônia, havia lutado ao longo de vinte quatro annos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações n’aquelle tempo mais guerreiras da Europa” (VARNHAGEN, 1872, p. VI).

As palavras proferidas por Varnhagen em seu prefácio deixa em evidência uma relação não somente com a história, mas com a memória. Pierre Nora, em seu artigo “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”, estabelece algumas distinções entre cada um dos termos:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a

memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. [...] (NORA, 1993, p. 9).

Assim, podemos afirmar que mais do que uma obra de história, uma produção historiográfica, a *Historia das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, é uma obra memorialística.

Em *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Arno Wehling afirma que para a construção da memória, o visconde de Porto Seguro utilizou-se da identificação dos lugares emblemáticos, pois “se à historiografia cabia auxiliar a promover a unidade nacional, não apenas descrevendo processos, mas apontando exemplos, a localização dos acontecimentos – os “lugares emblemáticos” de Pierre Nora – guardava especial relevância” (WEHLING, 1999, p. 70).

Além dos lugares emblemáticos, ou seja, os lugares de memória, Varnhagen utilizou-se da tática do esquecimento. Segundo Arno Wehling, Varnhagen

[...] preocupado em construir obra científica, pautada pela verdade contida nos documentos, e ao mesmo tempo engajado no processo de consolidação de um Estado e um projeto nacional, muitas vezes a memória suplanta a história. [...]. Mas prefere esquecer ou minimizar, embora informe lisamente o leitor de suas intenções: “É um assunto para nós tão pouco simpático [a Revolução de 1817] que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar” (WEHLING, 1999, p. 71).

Como podemos evidenciar o historiador-diplomata Varnhagen traça sua narrativa num diálogo constante com a história e a memória. Para Walter Benjamin,

[...] o historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo. É exatamente o que faz o cronista, especialmente através dos seus representantes clássicos, os cronistas medievais, precursores da historiografia moderna (BENJAMIN, 1994, p. 209).

Varnhagen permaneceu como um dos pais fundadores da historiografia brasileira, mesmo “não tendo sido reconhecido pelo Instituto Histórico como o ‘cronista-mor’ do Império” (GUIMARÃES, 1995, p. 561), basta observarmos o vasto material de estudo sobre ele e sua produção historiográfica, seus fundamentos ideológicos, traços epistemológicos, metodológicos, entre outros. Mas todos estes aspectos são também objeto de críticas e adjetivações negativas, tanto pelos seus contemporâneos, quanto por estudiosos de gerações futuras, principalmente sobre sua obra *Historia Geral do Brazil* (cf. RIBEIRO, 2015).

Um historiador (res)sentido e amargurado em busca de reconhecimento

De um lado prevalecem os elogios à sua obra, “segundo ele próprio afirmava, até de duas maiores autoridades em assuntos brasileiros, o naturalista alemão Von Martius, e o bibliotecários francês Ferdinand Denis” (GUIMARÃES, 1995, p. 560). Por outro lado, “encaminhada, finalmente, em 7 de dezembro de 1855 à Comissão de História, para interpor parecer, a História Geral do Brasil simplesmente caiu no esquecimento” (GUIMARÃES, 1995: 560). Para Lúcia Maria Paschoal Guimarães, “as causas da frieza dos confrades da Corte, a recepção pouco calorosa era decorrente das idéias que o historiador defendia acerca da religiosidade e da organização social dos primitivos habitantes da Terra, assim como dos jesuítas no processo de colonização.

O silêncio do grêmio e os ataques dos consócios Joaquim Fernandes Pinheiro e Gonçalves de Magalhães nas páginas da Revista, criticando a sua visão pejorativa dos povos indígenas e a negação deste elemento como importante na formação da nacionalidade brasileira, iriam torturá-lo de forma intensa.

Os autores destas memórias registraram o seu repúdio ao historiador sorocabano por conta da maneira como ele abordou os indígenas, rotulados com as piores adjetivações possíveis em sua *Historia geral do Brazil*. Além disso, criticaram Varnhagen por minimizar o papel dos jesuítas no processo de

colonização da América. A sua acusação de pseudofilantropia presente na política de catequese dos nativos irritou profundamente os religiosos de Santa Cruz” (GUIMARÃES, 1995, p. 560).

Do não reconhecimento dos pares do IHGB e do silenciamento do Imperador diante das suas demandas vem o ressentimento de Varnhagen, o seu inconformismo, certo recalque. Conforme observa a referida autora,

[...] inconformado, Varnhagen tentou ainda dar um quinau nos acadêmicos do Rio de Janeiro. Ao concluir o segundo volume da História Geral, em 1857, dirigiu-se mais uma vez ao soberano, para lhe pedir que o livro fosse oficialmente adotado “nas escolas de direito e militares, e nos colégios” do Império. Benesse, que também não lhe seria concedida. Lamuriando-se das “turbas invejosas e geralmente daninhas”, queixando-se do comportamento indiferente dos letrados ao soberano, dizia-se “[...] amargurado até pelos desfavores do Instituto...” (GUIMARÃES, 1995, p. 560-561).

Diante dos conflitos de narrativas no IHGB sobre as raízes da nacionalidade entre os que defendiam suas origens europeias (portuguesa), liderados por Varnhagen, e os que buscavam nos autóctones as matrizes do Império brasileiro, como era o caso de Gonçalves de Magalhães, o próprio monarca entrava como incentivador do debate, uma vez que agraciou o primeiro com o título nobiliárquico de barão e posteriormente visconde de Porto Seguro, em uma referência clara ao primeiro ponto do litoral brasileiro onde os portugueses desembarcaram em 1500, enquanto Gonçalves de Magalhães recebeu o de barão e depois visconde de Araguaia, em virtude de suas posições indianistas apaixonadas (GUIMARÃES, 2002, p. 380-381; ALDÉ, 2008, p. 56-57).

Entre os navegadores portugueses e os homens mergulhados nas brenhas das florestas, no âmbito da casa da memória nacional saíria vitoriosa uma interpretação romântica indianista para a formação da identidade brasileira. Fato que provavelmente teria incomodado Varnhagen, pois este repetidamente reclamava em sua correspondência com o imperador D. Pedro a falta de reconhecimento e desprezo dos colegas do IHGB em relação a sua obra-síntese.

Esse amargor se torna explícito em uma das suas missivas³, quando é possível pinçar, no seu íntimo, os sentimentos, desejos e conflitos. Nas palavras da historiadora Rebeca Contijo,

[...] as correspondências, como outros documentos pessoais, sugerem uma mensagem de verdade, pois constituem um meio de expressão do indivíduo na sua intimidade, espaço do espontâneo, de certa liberdade, onde, supostamente, deve reinar a sinceridade. Ler escritos pessoais assemelha-se a invadir locais escondidos, revelados a poucos, entre os quais o leitor invasor acaba se incluindo, podendo sentir-se, por vezes, como um cúmplice, que compartilha os sentimentos e idéias do invadido; um esperto detetive, pronto a capturar o missivista em flagrante; um juiz parcial, apto a julgar as condutas privadas; ou ainda, como uma espécie de deus que tudo vê, capaz de avaliar pensamentos, atos e palavras. Esse leitor pode ter a impressão de estar surpreendendo o autor da carta, pegando-o desprevenido nas suas liberdades, violando seus segredos, tirando sua máscara para, finalmente, revelar ao público suas idiossincrasias (GONTIJO, 2006, p. 173).

No artigo “História e Memória dos Ressentimentos”, Pierre Ansart propõe uma reflexão sobre os conceitos de ressentimento, história e memória, e as relações entre eles, além da compreensão e explicação do sentimento de ódio, hostilidade, que estão ocultas e que fazem parte da história. O autor discorre sobre o conceito de ressentimento, com base nas discussões elaboradas por Friedrich W. Nietzsche, em que o mesmo cruza a abordagem histórica, psicológica e sociopolítica.

A partir desta ótica, o Pierre Ansart define o ressentimento como:

[...] um conjunto de “sentimentos” em que predominam o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência, “a experiência continuamente renovada” da impotência rancorosa. [...]. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada. [...] (ANSART, 2001, p. 18-19).

Nesse sentido, a tarefa do historiador é mais delicada quando se propõe analisar e compreender, além de explicar, os indícios, os traços, os signos, as linguagens, os modos de comunicação, dos usos da vida cotidiana, as

³ Cf. a obra *Correspondência Ativa*, de Varnhagen, coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa, publicada em 1961.

sensibilidades, as emoções, os sentimentos e ressentimentos, as contradições com a razão, ou seja, as questões sensíveis.

Reinhart Koselleck, em *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, afirma que

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, em que em maior ou menos número, chegaram até nós (KOSELLECK, 2006, p. 305).

O que chega até nós sobre o historiador paulista, de um lado, são adjetivações de conservador, racista, intolerante, reacionário. Por outro, conserva-se até hoje também as suas tramas narrativas por intermédio de obras que sintetizam as apropriações dos vestígios do passado e que estão presentes na matriz do ensino de História.

O ressentido Varnhagen, por ironia, legaria os “quadros de ferro” – cronologia e temas – que povoariam as páginas dos manuais escolares e conteúdos programáticos da disciplina de História do Brasil. João Capistrano de Abreu (1853-1927), autor do famoso necrológio que o conduziu ao panteão intelectual nacional, em 1878, dedicaria parte da sua vida intelectual na tarefa de anotá-lo, corrigi-lo, questioná-lo e superá-lo. A “esfinge” Varnhagen assombrava os dilemas de escrita do historiador cearense.

Trilhando nas fronteiras da escrita: Varnhagen e a “matriz” de uma história ensinada

Conforme já explicitado, na conclusão do segundo volume de *Historia Geral do Brasil*, em 1857, Varnhagen já demonstrava seu desejo de que o livro fosse adotado nas escolas de direito, militares e demais colégios do Império, evidenciando uma pretensão historiográfica – de historiador oficial. Conforme observa Arno Wehling, “uma análise dos compêndios brasileiros entre as décadas de 1930 e 1960, bem como o programa oficial para o ensino secundário de 1942, mostram a força da matriz varnhargeniana” (WEHLING, 1999, p. 216).

Desde sua publicação, a *Historia Geral do Brazil* tem sido questionada sobre o prisma de novos olhares e perspectivas historiográficas. A presença de Varnhagen na escrita da história do Brasil é ainda sentida e ressentida. Existe o interesse de pesquisadores, estudiosos da historiografia, a partir das questões do método, da escrita, da narrativa, da vida e obra varnhageniana, do *locus* que ocupa na História, do ensino de História e dos livros didáticos. O espectro do historiador sorocabano fascina, incomoda e desconcerta por sua permanência das estruturas da narrativa da nação – História do Brasil.

Em síntese, conforme destaca Arlette Gasparello, em seu artigo “O livro didático como referência de cultura histórica”,

[...] a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), em 1838, possibilitou as condições institucionais para o surgimento de uma historiografia brasileira, produzida por autores nacionais. O IHGB serviu, ainda como legitimador das publicações didáticas de história do Brasil, e seus autores preocupavam-se em apresentá-las à instituição para reconhecidos. Em meados do século, foi publicada a primeira síntese erudita da formação nacional de autor brasileiro, a História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854) - obra que se tornaria referência para as publicações nessa área, tanto as consideradas eruditas quanto as dedicadas ao ensino (GASPARELLO, 2009, p. 268-269).

Em relação a essas questões concernentes ao ensino de História no e do Brasil, Thais Nivia de Lima Fonseca nos aponta alguns aspectos para análise. Segundo a autora, “é difícil precisar o ensino de História no Brasil antes das primeiras décadas do século XIX, quando se constituía o Estado nacional e eram elaborados os projetos para a educação no Império. [...]” (FONSECA, 2011: 37).

A afirmação de Thaís Fonseca corrobora as de Arlette Gasparello ao enfatizar que é o IHGB e seus artífices quem irão consolidar as bases duráveis para a constituição e surgimento de uma escrita da história que se tornou o conteúdo de manuais didáticos de ensino de História do Brasil.

Ao traçar a trajetória da História como disciplina escolar no Brasil, Thaís Fonseca assinala para os aspectos de exaltação da pátria ou formação do cidadão. A autora se volta para a administração pombalina, na segunda metade do século XVIII, que

[...] ilustra bem a compreensão, por parte Estado, influenciado pelo Iluminismo, do papel da educação no processo de modernização e de desenvolvimento. A ilustração esteve profundamente ligada às ideias de progresso, de civilização, de humanidade e de crença nas leis e na justiça como promotoras do bem-estar e da felicidade dos homens. A conquista do grau de civilização poderia ocorrer pela aplicação sistemática de princípios racionais, por meio do planejamento e do estudo. [...] (FONSECA, 2011, p. 39-40).

Para Thaís Fonseca, o período que se estende do século XIX até a década de 30 do século XX terá uma elite política e intelectual preocupada com a importância da temática referente à construção de uma identidade nacional, buscando na educação o lugar e o instrumento civilizador, unificador e edificador da identidade nacional brasileira. É nesse cenário que emerge o projeto de escrita da história da nação de Varnhagen.

Do século XIX até a década de 30 do século XX essas elites colocaram a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação, o que os levou a considerar detidamente o problema da mestiçagem, visto na sua perspectiva mais preocupante, isto é, aquela que envolvia a população afro-brasileira. Não por acaso esta questão ocupou o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, em sua missão de elaborar uma história nacional e de difundir-la por meio da educação, mais precisamente por meio da história do Brasil. Von Martius propunha uma história que partisse da mistura das três raças para explicar a formação da nacionalidade brasileira, ressaltando o elemento branco e sugerindo um progressivo branqueamento como caminho seguro para a civilização. Uma vez produzida, essa história deveria ser conhecida por todos e a melhor maneira de fazê-lo seria pela escola. Do IHGB ela passaria diretamente às salas de aula por meio dos programas curriculares e dos manuais didáticos, em geral escritos pelos próprios sócios do Instituto (FONSECA, 2011, p. 46).

Estes trechos acima citados possibilitam um diálogo direto com nossos estudos, tendo em vista o papel de Varnhagen no IHGB e de suas obras históricas no contexto de ensino de História no e do Brasil (RIBEIRO, 2013; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO, 2016; MARINHO, 2014). A partir das reflexões elaboradas neste ensaio é possível pensar o historiador-diplomata, os conceitos de história, memória e narrativa e suas implicações no ensino de História. As marcas da narrativa varnhageniana podem ser vislumbradas nas tramas didáticas de manuais escolares de autores como Joaquim Manuel de Macedo,

João Ribeiro, Joaquim Silva e Borges Hermida – sem perder as especificidades de abordagem de cada autor e seus respectivos contextos de produção/escrita (cf. RIBEIRO, 2004).

Em linhas gerais, tecer essas reflexões nos auxilia no processo de identificação e compreensão da escrita da história, da narrativa varnhageniana, em específico na obra *Historia das Lutas contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, publicada em 1872 - levando em consideração o espaço de experiências, as concepções, os conceitos de história, memória e narrativa do historiador-diplomata, o sentimento e o res (sentimento) que move a escrita, e ainda, o papel que lhe é atribuído dentro uma história de cunho edificador, moral, cívico, memorial, pelos exemplos que traz dos sujeitos históricos que evidencia em sua obra, fazendo com que outros sujeitos projetem a possibilidade de construção de novos aprendizados, experiências e conhecimentos (cf. MARINHO, 2014).

Referências

ALDÉ, L. Os inventores do Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 39, p. 56-58, dez. 2008.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p. 15-36.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. 7 ed. vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

EXTRACTOS dos Estatutos do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *RIHGB*. Rio de Janeiro, tomo I, p. 18-20, 1939.

FERNANDES, Paula P. S. *Elites dirigentes e projeto nacional: a formação de um corpo de funcionários do Estado no Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FLEURY, Renato S. *Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, “Paulista de Sorocaba”*. Ensaio Bibliográfico (...). São Paulo: Melhoramentos, 1952.

FONSECA, Tháís Nívia de Lima. *História & Ensino de história*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Francisco Adolfo de Varnhagen, Correspondência Ativa. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. O livro didático como referência de cultura histórica. In: GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). *A escrita da História Escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 265-279.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 285-287.

_____. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 380-381.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Nova Fronteira; Ed. da UFMG; IPEA, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, Manuel de O. Francisco Adolpho Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. XIII, p. 61-91, 1908.

MARINHO, Marcela Irian A. M. *Francisco Adolfo de Varnhagen, a narrativa do episódio da invasão holandesa e o mito fundacional do Brasil: fato, temporalidade e sujeitos históricos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

MATTOS, I. R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da união política. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 01, p. 8-26, mai. 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

RIBEIRO, Renilson Rosa. A Emergência de Mato Grosso nas páginas da História Geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857). *Anais Eletrônicos do VI Encontro Regional de História-MT: História, Natureza e Fronteiras/I Simpósio Internacional de História Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: ANPUH-MT, 2010, p. 445-446.

_____. A invenção discursiva de Mato Grosso nas páginas da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857): territórios e fronteiras. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, v. 08, p. 153-172, 2013.

_____. *O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

_____. “O operoso iniciador da historiografia brasileira”: as escritas de Francisco Adolfo de Varnhagen e o dilema da identidade na história da História do Brasil nas páginas da Revista do IHGB (1840-1878). In: BARBATO, Luís Fernando Tosta (Org.). *Identidade Nacional Brasileira: história e historiografia*. 1ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016, p. 13-38.

RODRIGUES, Neuma B. “*O amor da pátria, o amor das letras*”: as origens da nação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.